

Pamella Araujo Santos (Leah)



Universidade Estadual Paulista,

UNESP, Brasil

E-mail: araujo.santos@ifsp.edu.br.

Trauma Psicossocial: uma outra ótica acerca do racismo na comunidade negra brasileira

Psychosocial
Trauma:
another
perspective on
racism in the
Brazilian black
community

Artigo

1. Mestranda do Programa de Planejamento e Análise de Políticas Públicas pela Universidade Estadual Paulista – Julio Paulista Filho – Campus Franca. Professora em regime de dedicação exclusiva do Instituto Federal de São Paulo. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5270206173699887> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3798-0578> E-mail: araujo.santos@ifsp.edu.br

Palavras-chave

Racismo; políticas públicas; negros; trauma psicossocial.

Keywords

Racism; Public Policy; Black people; Psychosocial trauma.

Resumo

Considerando os recentes estudos antirracistas, é um consenso que o capitalismo tem no racismo um braço potente para a manutenção da exploração nos meios de produção, e que a cada crise, inerente à sua existência; esta ferramenta é uma das principais responsáveis em potencializar sua perpetuação e aprofundamento de lucros, determinando ou reafirmando o lugar de alguns corpos e não lugar de outros. Dessa forma, é possível sintetizar que o racismo trata-se de uma forte ideologia no mundo capitalista, cuja força permite naturalizar relações perversas de poder e dominação, tornando verdade a necessidade de subserviências de determinadas etnias. A partir disso, mostra-se oportuno apontar como corpos negros conseguiram e conseguem elaborar estratégias de sobrevivência, para ocupar outros espaços laborais diferentes daqueles impostos pelo capitalismo por meio da ideologia racista.

Abstract

Considering recent anti-racist studies, there is a consensus that capitalism has in racism a powerful arm for maintaining exploitation in the means of production, and that in each crisis, inherent to its existence, this tool is one of the main ones responsible for enhancing its perpetuation. and deepening profits, determining or reaffirming the place of some bodies and the non-place of others. In this way, it is possible to summarize that racism is a strong ideology in the capitalist world, whose strength allows it to naturalize perverse relations of power and domination, making the need for subservience of certain ethnicities true, perhaps, it is important to analyze how some black people managed and are able to develop survival strategies, and why not say resistance, to occupy other work spaces different from those imposed by capitalism through racist ideology.

Introdução

Em *Ensinando a transgredir*, de bell hooks, o capítulo *Pensamento feminista* encerra-se com o seguinte trecho

Todas concordaram com Carolyn quando esta disse que as negras que “se põem de pé”, que lidam com o sexismo e o racismo, desenvolvem importantes estratégias de sobrevivência e resistência, estratégias que precisam ser partilhadas com as comunidades negras, especialmente porque (como elas disseram) a negra que passa por tudo isso e se descobre “tem nas mãos a chave da libertação” (bell hooks, 2017, p. 160).

Curiosamente nesse capítulo a pensadora começa apresentando a sua dificuldade em relacionar as questões feministas dentro do discurso antirracista, discorrendo como, em suas aulas, alunas brancas rechaçavam os alunos negros que mostrassem desconhecer autoras consideradas importantes dentro do movimento feminista e que, por outro lado, como os alunos (homens e mulheres) negros pouco se interessavam por temas que não fossem claramente sobre raça. Contudo, o capítulo se dedica, de fato, a uma experiência específica para a autora que destoou à regra; um seminário, em uma graduação específica de estudos de gênero, em que “atraiu em sua primeira aula mais alunos negros que qualquer outro curso de Estudos da Mulher” (hooks, 2017), já ministrado por ela. O seminário, que rendeu um curso de um semestre, cujas alunas eram majoritariamente mulheres negras, teve como principal ponto de discussão o isolamento da mulher negra que enfrenta o debate de gênero e raça abertamente na sociedade. Carolyn, uma das alunas desse curso, se sentindo vítima desse isolamento, trouxe a hooks questionamentos como “vemos o isolamento que as feministas negras sentem quando falamos e nos perguntamos: ‘você é forte o suficiente para lidar como o isolamento, a crítica? Você sabe que vai receber isso dos homens e até de algumas mulheres?’”.

A obra de hooks em questão foi publicada pela primeira vez em 1994 nos Estados Unidos, e, embora tenha havido certo avanço nos estudos sobre gênero e raça – e aos poucos, hoje em dia, também se vê a inclusão de classe –, há de se reconhecer que os conflitos de Carolyn ainda são de fácil reconhecimento entre as mulheres negras ativistas – ou não – atualmente.

A tríade ‘gênero, raça e classe’, isto é, a então conhecida interseccionalidade, faz-se urgente nos estudos que envolvam as relações sociais e interpessoais no mundo capitalista, como apontou Kimberlé Crenshaw no final dos anos 80; no entanto, dentro do campo acadêmico brasileiro, é possível ver que há muito para se avançar nesse aspecto. Lélia Gonzalez já trazia à intelectualidade no Brasil essa mesma discussão, pelo artigo *Por um feminismo*

afro-latinoamericano, de 1988. Aqui a demanda por mais estudos interseccionando (a intelectual não usa esse termo, mas o deixa claro na necessidade de aglutinação entre o movimento antirracista e feminista) gênero e raça faz-se notório.

Por tudo isso, o feminismo latino-americano perde muito de sua força abstraindo um fato da maior importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região. Lidar, por exemplo, com a divisão sexual do trabalho sem articulá-la com a correspondente ao nível racial é cair em uma espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco (GONZALEZ, 2019, p. 119).

E, ainda que Lélia já preconizasse na década de 1980 a importância da ótica interseccionada nos estudos sociais acadêmicos, – mesmo que essa visão tenha sido difundida – as pesquisas que consideram esses recortes ao analisar as idiosincrasias sociais e econômicas da população brasileira não são de número tão expressivo. Na tese de doutorado, da Universidade Federal de Pernambuco, “Mulheres negras compositoras na cena cultura de Alagoas: modo de resistência através da música” de Maria Natalia Rodrigues, de 2022, sublinha-se que a despeito das mulheres negras representarem fundamental papel da construção político-cultural da cena fonográfica brasileira – a mencionar apenas algumas figuras emblemáticas, como tia Ciata, Elizeth Cardoso e Chiquinha Gonzaga –, entre 2017 e 2021 – momento da escrita de sua tese – foram encontrados apenas 24 trabalhos entre teses, dissertações e artigos, considerando as fontes de dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses (BDBT) e a plataforma Scielo. Par tal, a estratégia foi usar os descritores “música” e “gênero”, e quando o refinamento caminha para a área da psicologia, incluindo os descritores “raça” e “psicologia”, o número reduz consideravelmente para quatro, sendo o de Rodrigues um deles.

A partir dessa busca, uma primeira questão que nos chama atenção é a menor quantidade de estudos que abordem as questões de raça, quando comparada às pesquisas que tematizam as questões de gênero. Isso pode indicar que a produção acadêmica de Psicologia brasileira já tem avançado nas discussões de gênero, mas ainda não tem acontecido o mesmo nas discussões de raça (RODRIGUES, 2022, p. 99).

Este artigo, procurando ir na contramão dessa escassez, discorre sobre não apenas como gênero e raça, mas também classe, perpassam as mulheres pretas que têm a música como seu meio de sobrevivência profissional e econômico, dentro do cenário fonográfico brasileiro pós anos 2000, considerando aquelas musicistas pretas que experimentaram a oportunidade de ter educação formal na música, por meio de instituições públicas.

Dessa forma, achou-se pertinente realizar uma busca parecida com o trabalho de Rodrigues, considerando, além dos verbetes “música”, “gênero”, “psicologia”, “políticas públicas” e

“raça”, também o verbete “classe”; o resultado não foi muito diferente da tese de doutorado em questão: no portal de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses (BDBT), dentro do período de 2000 a 2024, apresentaram-se sete trabalhos: quatro teses e três dissertações, sendo que, dentro desses, apenas três apresentam a música como estratégia ou elemento de fundo para análise. São eles “Música (in) visível: Pessoas e sonoridades excluídas”, “Jovens mulheres rappers: Reflexões sobre gênero e geração no movimento Hip Hop” e “As marcas da rua: experiências decoloniais de consumo no hip-hop”.

A partir apenas dos seus títulos, pode-se inferir que somente o segundo contemplaria a interseccionalidade dos verbetes em questão – o que se confirma após a leitura de todos eles. Isto é, dentre sete trabalhos onde gênero, música, raça e políticas públicas aparecem de forma aleatória, apenas um trabalho de fato propõe-se à discussão interseccionalizada no universo da música como meio de sobrevivência e existência dos agentes estudados. Vê-se, assim, clara a pertinência de mais estudos acerca do tema.

Muitas intelectuais do movimento negro trazem à luz a dificuldade da mulher negra brasileira em se inserir e se estabilizar no mercado de trabalho. Essa situação de exclusão pode ser evidenciada não apenas pela massiva presença da mulher negra nos trabalhos de cuidado e de baixa remuneração, como também na escassez da sua presença em cargos executivos ou de algum prestígio social (BENTO, 2022). Nessa lógica, ainda é possível constatar a máxima de Gonzalez de que a ideologia racista brasileira permite à mulher negra apenas duas qualificações profissionais: a de *Mucama* ou a de *Mulata*. Ser *Mulata* teria seu apelo no sexual – todas as realizações profissionais onde o corpo da mulher negra tenha destaque e possa ser ofertado como produto –, já o ser *Mucama* estaria no tradicional e costumeiro papel da mulher negra no ambiente doméstico (GONZALEZ, 2019).

Nesse cenário, pensar a mulher negra, em especial a de pele retinta, em outros contextos profissionais requeriria um exercício contraditório à concretude da realidade brasileira. Porém, aparentemente dentro do universo musical, mostra-se não ser difícil encontrar figuras de mulheres negras que se tenham destacado. Nomes como tia Ciata, Clementina de Jesus, Jovelina, Elza Soares, Dona Ivone Lara, Alcione, chegando até as recentes Tereza Cristina, Ludimila e Iza – poder-se-ia citar mais algumas recentes – parecem surgir com certa “facilidade” e “naturalidade”, mas vale destacar que a citação, embora pudesse seguir com alguns outros nomes mais atuais, não ultrapassaria algumas linhas, contexto bastante diferente se a citação se restringisse às mulheres brancas de destaque dentro do mesmo cenário musical. Além disso, acha-se pertinente enfatizar que esses nomes

de “fácil” recordação resumem-se ao universo das cantoras; quando o recorte vai para outras áreas da música, como musicistas, produtoras, compositoras e djs, as figuras de mulheres negras de destaques já não viriam à mente com a mesma “naturalidade”. Ou seja, a escassez do número de mulheres negras no cenário da música no Brasil, embora aparentemente parecer de “normal” reconhecimento, confirma a díade possibilidade profissional defendida por Lélia. Esse simples raciocínio confirma a definição do racismo estrutural.

Considerando os recentes estudos antirracistas, é um consenso que o capitalismo tem no racismo um braço potente para a manutenção da exploração nos meios de produção, e que a cada crise – inerente à sua existência – essa ferramenta é uma das principais responsáveis por potencializar sua perpetuação e aprofundamento de lucros, determinando ou reafirmando o lugar de alguns corpos e “não lugar” de outros. Dessa forma, é possível sintetizar que o racismo trata-se de uma forte ideologia no mundo capitalista, cuja força permite naturalizar relações perversas de poder e dominação, tornando “verdade” a necessidade de subserviências de determinadas etnias.

Por tanto, partimos do pressuposto de que o racismo como conhecemos hoje é produto de uma tipologia de classificação racial consolidada principalmente no século XV como instrumento do projeto eurocentrista. Samir Amin fala que o eurocentrismo é uma ideologia. As ideologias expressam projetos políticos concretos e práticas concretas, assim não há como falar de ideologia eurocêntrica sem falar na emergência do capitalismo. Evidente que o racismo não nasceu com o capitalismo, *mas o racismo como se expressa hoje, baseado nessa classificação racial sim* (OLIVEIRA, 2021, p. 66).

A partir disso, mostra-se oportuno e, quiçá, imperativo analisar como algumas mulheres negras de pele escura conseguiram e conseguem elaborar estratégias de sobrevivência, e por que não dizer de resistência, para ocupar outros espaços laborais diferentes daqueles impostos pelo capitalismo por meio da ideologia racista. Daí, entender a trajetória de cantoras negras retintas que conseguiram administrar tamanha força de se posicionar profissionalmente em espaços de relevância profissional e acadêmica no contexto fonográfico brasileiro talvez possa ser um dos caminhos para que outras mulheres negras e retintas também “tenham nas mãos a chave da libertação”.

Desenvolvimento

Como se tem discutido por intelectuais antirracistas, o racismo estrutural é uma condição

ideológica para que o capitalismo brasileiro se mantenha e tenha êxito. Na lógica já conhecida, para se estabelecer e se solidificar no Brasil foi necessário manter determinadas etnias (indígenas e negros) em condições de sub-humanidade. Dessa maneira, os meios de produção alcançados através das condições de subalternidade desses grupos manter-se-iam (e se mantêm) com custos relativamente baixos, permitindo que os lucros sempre superem as estimativas. Nessa perspectiva e engrenagem as mulheres dessas comunidades ocupam o papel de maior subalternidade.

Para entender algumas implicações desse raciocínio que define uma das linhas de abordagem do racismo estrutural, estudar as mulheres negras retintas dentro do mundo da música brasileira, como já dito, faz-se pertinente. Além disso, acredita-se que o conceito de Trauma Psicossocial (TPS) desenvolvido por Martin Baró, durante a Guerra Civil el salvadorenha, é uma importante base teórica associativa, pois, ao estabelecer que um grupo social está suscetível, em sua construção subjetiva de coletividade, a um trauma que acontece por um evento específico e comum a toda a comunidade em questão, considerando simultaneamente que o mesmo perpassa a cada um dos indivíduos ou subgrupos de forma excepcional/particular, enquanto a toda a comunidade lhe é inerente a afetação ao evento traumático, permite, dentro da ideologia racista, precisar os seus agentes e seus os pacientes. Isto é, quem ou que causa sofrimento e que sofre, já que se há um trauma algo ou alguém o causou, ao passo que há algo ou alguém que sofre.

Todavia, não é apenas a contribuição de uma relação simplista – embora necessária em tempos em que a eminente volta de ideias fascistas se faz presente – de agente (quem faz – age de forma racista) e paciente (quem recebe – sofre racismo) que o conceito de TPS pode trazer relevantes contribuições à discussão antirracista. Ao compreender e definir trauma como “a cristalização concreta nos indivíduos de relações sociais aterrorizantes e desumanizadoras” (BARÓ, 1990)², o jesuíta e psicólogo social descreve a condição de qualquer corpo negro no Brasil perpassado, além da raça, pelo gênero e pela classe. Parece lógico pensar (embora igualmente aterrorizante e desumanizador) que homens negros e pobres morram mais cedo que homens brancos e ricos. Também não é surpreendente – o que é ainda mais aterrorizante e desumanizador –, considerando a lógica na mesma classe: homens pretos e pobres morrem mais cedo que homens brancos e pobres. O mesmo se dá para as mulheres, e, infelizmente, em maior grau. Ou seja, ao entender essas informações como dados não novos e, às vezes, “corriqueiros”, percebe-se a cristalização dessas relações desumanizadoras.

Embora a noção de TPS tenha sido gerada em um contexto de explícita ditadura

2. Tradução livre minha do original “Cristalización concreta en los individuos de unas relaciones sociales aberrantes y deshumanizadoras”.

3. Tradução minha do original “El ocultamente sistemático de la realidad por medio de la creación de una historia oficial” (p. 131).

e guerra civil, ela continua sendo válida para analisar diferentes situações que acompanham, até hoje, a trajetória de diferentes populações marginalizadas no mundo, especialmente na América Latina, que, se não vivem uma guerra declarada, são assoladas pela violência, desigualdade social, retirada de direitos, polarização social, entre outros aspectos que contribuem para a degradação da humanidade (FILHO, 2023, p. 22).

Posto isso, apresenta-se como uma premissa pertinente, para o discorrer desse estudo, afirmar que no Brasil qualquer corpo negro que nasce e vive está em condição constante de TPS, e, a partir disso, julga-se que interessa, a essa discussão, discorrer como a definição de racismo estrutural comuna nessa conceitualização. Baró define que há três elementos que podem desencadear um TPS: violência, polarização e mentira institucionalizada. Neste último, a definição se resume em “a ocultação sistemática da realidade por meio de uma história oficial”³ (BARÓ, 1975). Considerando o racismo estrutural como uma ideologia, haja-se oportuno retomar a discussão de Quijano acerca do tema:

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como atualização dessas relações colônias de dominação entre europeus e não europeus. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desde modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (QUIJANO, 2005, p. 118).

Para Quijano o conceito de raça nasce e se fortalece após o começo da colonização das Américas; na tentativa de justificar o ser universal na figura do europeu, onde o “bom”, o “correto” e o “merecedor” personaliza-se nos indivíduos dessa localização geográfica – e mais adiante seus traços fenotípicos poderiam ser “importados” e “adaptados” a depender do grau de dominação x dominado de outras regiões. O “homem branco” impõe-se como a única imagem possível nas altas hierarquias de

dominação e de detentor do capital, ou seja, “a mentira institucionalizada” de que há um ser universal naturalmente “bom”, “correto” e “merecedor” passa a ser personificada em habitantes de uma região específica do mundo: Europa, fundamentando qualquer ação, comportamento e/ou empreendimento para a manutenção desses em posição superior ao resto da humanidade, seja econômica, cultural, social ou intelectual.

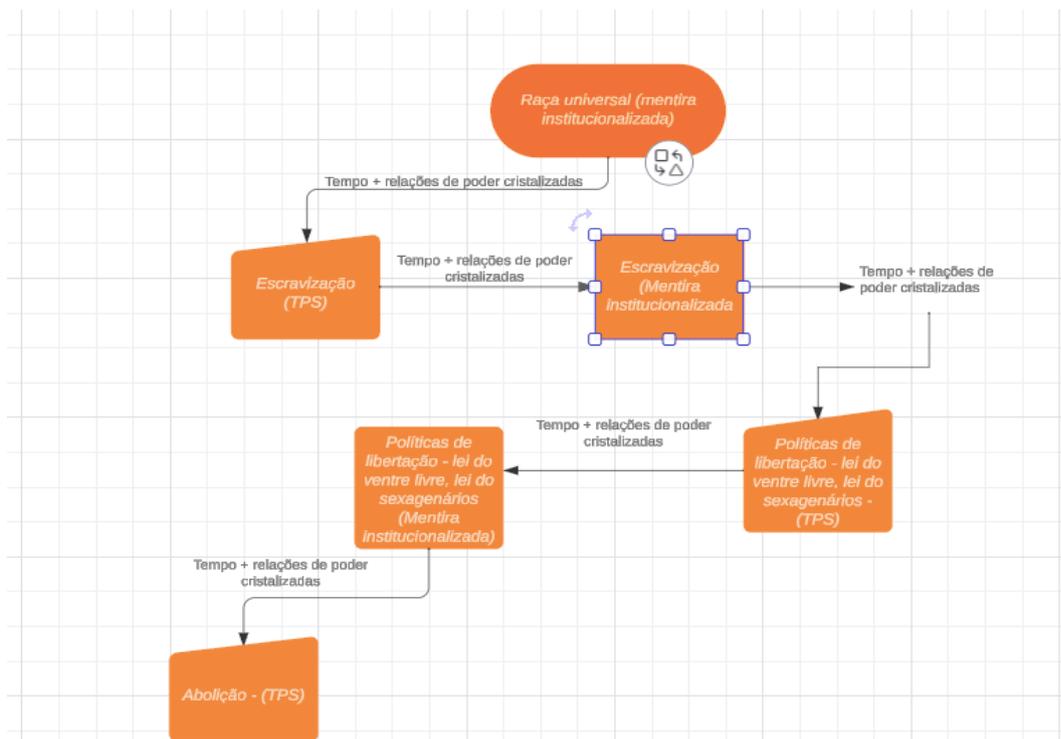
Baró adverte que, se há uma mentira institucionalizada, há por outra via uma verdade que se quer ver encoberta, e nessa relação da tipificação de “raça europeia” e “raça não europeia”, avaliando e refletindo sobre toda a violência que o processo colonizador emplacou ao “novo mundo”, não é difícil inferir que “o não bom”, “o não correto” e “o não merecedor” – para se dizer no mínimo – seriam os reais atributos dessa “nova raça europeia” que deveriam ser dissimulados/encobertos. Tem-se, nessa perspectiva de análise, a primeira mentira institucionalizada: “a raça universal”, a partir daí um TPS aos corpos negros: a escravização de corpos “não pertencentes à raça universal”, vê-se “legitimado”.

A ocultação sistemática da realidade segue sendo uma das características fundamentais da guerra salvadorenha. Esta ocultação mostra-se de diversas formas: mas primeiramente, trata-se de criar uma versão oficial dos fatos, uma “história oficial” que ignora aspectos cruciais da realidade, distorce outros e inclusive falseia o inventa outros. Essa história oficial se impõe por meio de narrativas propagandistas intensas e muito agressivas, com validade, principalmente, dos altos postos oficiais (BARÓ, 2000, p. 362)⁴.

A julgar sobre o que se conhece do processo de escravização, em especial no Brasil, associar os outros dois elementos desencadeadores do TPS (violência e militarização) não é uma relação custosa. A primeira vista, atualmente, seria compreensível relacionar o racismo estrutural como o causador do TPS nos indivíduos: sofre de TPS a mãe que tem seu filho negro morto pela polícia, a família que perde um ente querido negro vítima de bala perdida nas periferias, as famílias negras que perdem suas moradias em desastres socioambientais etc.; mas o que se quer propor aqui é compreender a complexidade dessa ideologia racista nos vieses do elemento desencadeador (em específico a mentira institucionalizada) do TPS em si e do dano psicossocial concomitantemente. Exemplificar-se-ão tais encadeamentos nas seguintes relações: a ideologia racista dos séculos XV e XVI é o elemento desencadeador, a escravização de corpos é a ação do TPS em si, a perpetuação histórica desses corpos em condição de subalternidade é o dano psicossocial em repetição contínua – em outras palavras o TPS em continuidade. O conjunto desses – conhecidos como elementos formadores do racismo estrutural – são, por sua vez, cada um dos termos descritos (mas, também, considerando a conjuntura histórico-social), o TPS em si.

4. Tradução minha do original
“El ocultamiento sistemático de la realidad sigue siendo una de las características fundamentales de la guerra salvadoreña. Este ocultamiento se manifiesta de diferentes maneras: pero, en primer lugar, implica crear una versión oficial de los hechos, una “historia oficial” que ignora aspectos cruciales de la realidad, distorsiona otros e incluso falsifica o inventa otros. Este relato oficial se impone a través de intensas y muy agresivas narrativas propagandistas, con validez, principalmente, desde altos cargos oficiales.”

Para além disso, encontra-se cabível apontar como perspectiva de análise, na perpetuação da condição de redução e animalização do corpo negro no Brasil e ainda ponderando acerca das definições de Baró, a acepção de “raça europeia” – como padrão/modelo de humanidade – sendo – como já dito – a primeira mentira institucionalizada; o que permite, por sua vez, o desencadear do primeiro TPS na população negra: o processo de escravização. Dessa primeira mentira institucionalizada advém, além do primeiro TPS nos corpos negros, a escravização da população, no Brasil; o segundo e o terceiro, que seriam, respectivamente, as políticas de libertação (Lei do Sexagenário, Lei do Ventre Livre etc.) e a abolição. Uma vez estabelecida a “verdade” de que o corpo negro só pode ocupar o papel de escravizado, não é complexo compreender o TPS em corpos negros “livres” dentro desse contexto. Por outro lado, e em continuidade, a perpetuação da violência por meio desses traumas transforma os traumas em si na segunda e terceira mentira institucionalizadas: corpos negros só podem ocupar o papel de escravizados, corpos negros livres são subalternizados, corpos negros livres não possuem autonomia. Nesse raciocínio, onde mentiras institucionalizadas propiciam traumas que, a sua vez, transmutam-se em mentiras, permitem não só a perpetuação da primeira mentira institucionalizada como a criação de novas mentiras e novos TPS continuamente. Desses encadeamentos, poder-se-ia inferir como as junções intrínsecas que formam e dão sustentação ao racismo estrutural. Em outras palavras, defende-se aqui que o racismo estrutural na realidade brasileira, nasce e se sustenta considerando a sua dinâmica contínua e de retroalimentação na criação e transformação de mentiras institucionalizadas em traumas.



Fonte: criação da autora

Conclusões

Uma vez que se vê como coerente a relação de racismo estrutural com o conceito de TPS e se considera igualmente pertinente abordar o discutido acerca desse conceito pelo debate trazido pelo professor doutor Antonio Euzébio em seu livro *Trauma psicossocial entre o fatalismo e a conscientização*, acredita-se que tal relação ajuda a melhor entender as implicações desses elementos relacionados à análise da trajetória de corpos negros que lidam diariamente com o TPS. Entende-se também que examinar especificamente o duo fatalismo e conscientização, que, de acordo com Baró e Filho, é o caminho de respostas dos corpos submetidos ao TPS, isto é o Pós-TPS:

O cenário propício para produção do TPS é aquele operado pela lógica de polarização entre grupos sociais, pela construção da imagem do inimigo, pela violência e mentira institucionalizada (já existente muito antes das chamadas *fake news*, como fica claro nos escritos de Baró). Estes elementos podem gerar nos indivíduos e grupos, pelo menos, dois tipos de respostas Pós-TPS, que podem coexistir com a predominância de um dos lados. Nossa formulação teórica caminha no sentido de que, assim como o fenômeno da consciência política, a elaboração TPS é um fenômeno em movimento, mas que se movimenta entre o fatalismo e a conscientização (FILHO, 2023, p. 42).

Importante ressaltar que não se deve medir os conceitos de fatalismo ou conscientização

5. Tradução minha do original:”
Los niños de favelas o situaciones de marginación internalizan el fatalismo como herencia paterna y como resultado de su propia experiencia en la sociedad: aprenden cada día que sus esfuerzos en la escuela no resuelven nada o casi nada, y que las calles recompensan mal su dedicación al trabajo. precoz como vendedora de caramelos, franelas o limpiabotas y que, por tanto, es mejor no soñar ni fijarse metas que nunca podrán alcanzarse.”

em seus sentidos moralizantes, nos quais indivíduos expressando-se em um ou outro têm mais ou menos valor social. Não: os termos, neste momento, analisam as relações dos corpos com ambas posturas como meio de sobrevivência e resistência em ambientes, cujas relações sociais, como já mencionado anteriormente, estão “cristalizadas em formas aterrorizantes e desumanizadoras”.

A criança das favelas ou em situação marginalizada internaliza o fatalismo tanto como uma herança paterna quanto como resultado da sua própria experiência diante da sociedade: diariamente aprende que seus esforços na escola não resolvem nada ou quase nada, e que a rua recompensa mal sua dedicação trabalhista precoce como vendedor de balas, flanelinha ou engraxate e que, portanto, é melhor não sonhar nem estabelecer metas que nunca poderão ser alcançadas (BARÓ, 1998, p. 90)⁵.

Não é possível responsabilizar moralmente a postura dessa criança, uma vez que para si a única possibilidade de sobrevivência dá-se a partir da aceitação dessa realidade que lhe é imposta. Em contrapartida, também é necessário entender a circulação dialética que tanto a postura de fatalismo como a de conscientização orbitam os corpos e suas vidas, dadas as suas relações interpessoais, as suas condições socio-históricas e as realidades das sociedades e comunidades em que vivem. Essa mesma criança em algum outro momento pode, por meio de algum projeto social, envolver-se com algum tipo de atividade, seja esportiva, artística ou até mesmo acadêmica, e vê naquele momento a sua possibilidade de mobilidade social, mesmo ainda permanecendo na rua com condições de trabalhos fragilizadas.

Conscientização é um processo caracterizado pela decodificação das injustiças sociais e ao mesmo tempo pela geração de práticas de enfrentamento destas injustiças, buscando alternativas concretas para a superação das mazelas produzidas pelo capitalismo (FILHO, 2023, p. 46).

Uma vez que o TPS, sendo condição dos corpos negros brasileiros conforme discutido anteriormente, e a sua manifestação nos sujeitos poderão ser sentidos em maior ou menor grau considerando as questões de classe e gênero – já que raça é dada aqui como condicionante –, é fácil concluir que esses corpos classificados na categoria de “não raça” – rematando Quijano – serão mais suscetíveis ao TPS em quaisquer condições, com ou sem o recorte de classe e gênero. Isto é, corpos negros

no Brasil sempre estão em condições de TPS, mas o poderão sentir menos ou mais a partir do seu grau de interseccionalidade. Contudo, vale ainda considerar seu caráter transgeracional, que se mantém e se perpetua na lógica de mentira institucionalizada x trauma x mentira institucionalizada discutida anteriormente. Cabe ainda ressaltar a situação inerente às mulheres brasileiras negras e pobres sujeitas a um maior grau do TPS em comparação aos homens na mesma condição social.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Coordenação de Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.

ALCOFF, Linda M. *Uma epistemologia para a próxima revolução*. Revista Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, pp. 129-143, jan./abr. 2016.

ALMEIDA, Poliana. *Processos de subjetivação, corpos negros e cabelos crespos: estudantes negras em aliança*. 2019. 130 f. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Vitória, 2019.

ALVES, Alê. Angela Davis: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. El país, Salvador, 27 jun. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html Acesso em: 13 jun. 2022.

CARDOSO, Cláudia. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Revista Estudos Feministas* [online], v. 22, n. 3, pp. 965-986, 2014. Epub 28 Nov 2014. ISSN 1806- 9584. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300015>. Acesso em: 22 mai. 2022.

CARNEIRO, Anni Novais. *Saúde, ativismos e pedagogia feminista: a Feminária Musical no contexto da Universidade Federal da Bahia*. 2019. Tese (Doutorado) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 21 jan. 2022.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendimentos Sociais; CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 17, n. 49, pp.117-133, 2003.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher Negra na América latina a partir de uma Perspectiva de gênero*. In: Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Gênero, Durban. Anais. Durban, 2001. Disponível em <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>. Acesso em: 18 maio 2021.

CARRERA, Fernanda e MEIRINHO, Daniel. Mulheres Negras nas Artes Visuais: Modos de resistência às imagens coloniais de controle. *Revista Eco-Pós*. 23, 3, 2020, p. 55-81. DOI: <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v23i3.27572>.

COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia Feminista Negra. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL. Ramón. *Decolonialidade e Pensamento Afro-diaspórico*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 139-170.

COLLINS, Patricia Hill. *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. *Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória*. Parágrafo, v. 5, n.1, jan./jun. 2017.

CRENSHAW, Kimberlé W. *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero*. *Cruzamento: raça e gênero*, Brasília, Unifem, 2004.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson;

GROSGOUEL. Ramón. *Decolonialidade e Pensamento Afro-diaspórico*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p-223-245.

EUZEBIO, Antonio Filho. Trauma psicossocial entre o fatalismo e a conscientização: Martín-Baró para pensar o Brasil e a América Latina. Curitiba: CRV, 2023

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Org. Flávia Rios e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, Rafael Siqueira. Por uma Psicologia decolonial: (des) localizando conceitos. In: RASERA, Emerson Fernando; PEREIRA, Maristela de Souza;

GALINDO, Dolores (org.). *Democracia participativa, estado e laicidade: psicologia social e enfrentamentos em tempos de exceção*. Porto Alegre: ABRAPSO, 2017. p. 263-276.

HOOKS, Bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. São Paulo: Elefante, 2021. 272 p.

HOOKS, Bell. *Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança*. São Paulo: Elefante, 2021.

HOOKS, Bell. *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. Tradução de Bhuvi Libanio. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

HOOKS, Bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, Bell. *Olhares negros: raça e representação*. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Editora Elefante, 2019. 356 p.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação – Episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MATIN-Baró, Guerra e saúde mental. In Martín-Baró (org.), *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais*. Petrópolis: Vozes, 2017

MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Denis *Racismo estrutural - uma perspectiva histórico-crítica*. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

QUIJANO, A. *A colônialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

WERNECK, Jurema. *O samba segundo as Ialodês: mulheres negras e a cultura midiática*. 2007. Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Comunicação, Rio de Janeiro, 2007.

Como citar (ABNT Brasil):

SANTOS, Pamella Araujo. *Trauma Psicossocial: uma outra ótica acerca do racismo na comunidade negra brasileira* (2024). *Revista Bindi: Cultura, Democracia E Direito*, 3(4), e3420249.

 Os artigos publicados na Revista Bindi estão licenciados sob a Licença Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY 4.0).

Autora convidada